



ANÁLISE COMPARATIVA DOS INDICADORES DE OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DAS CIDADES DO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO.

ODS - TODAS.

COMPARATIVE ANALYSIS OF THE INDICATORS OF THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS (SDGS) OF THE CITIES ON THE NORTH COAST OF SÃO PAULO.

LEONARDO SANTOS GOMES

MESTRANDO EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ (UNITAU).

ORIENTADOR MOACIR JOSÉ DOS SANTOS

PROFESSOR DO PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO E REGIONAL (UNITAU)

CARAGUATATUBA - SP.

2024.



RESUMO

Diante das crescentes preocupações globais com a sustentabilidade, o Brasil havia se comprometido com o Programa Cidades Sustentáveis, em articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, visando fortalecer a gestão das cidades brasileiras nos anos subsequentes. O presente artigo teve por objetivo identificar os avanços das cidades do litoral norte paulista, por meio de uma análise comparativa das que aderiram ao Programa Cidades Sustentáveis na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, composta por cinco sub-regiões, com especial ênfase em Caraguatatuba em relação às demais localidades. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, recorrendo à pesquisa bibliográfica e documental para a coleta e análise dos dados, de modo a proporcionar uma compreensão abrangente dos indicadores e do panorama dessas cidades à luz dos parâmetros estabelecidos pelo referido Programa. A análise enfocou o conjunto dos ODS, distribuindo-os em três diferentes dimensões. No contexto brasileiro, diversos desafios foram enfrentados para a efetiva implementação de práticas sustentáveis em áreas urbanas, sobretudo no que tange às mudanças climáticas, em conformidade com a Agenda 2030, exigindo a cooperação entre múltiplos setores da sociedade para mitigar as desigualdades estruturais observadas nas cidades. Essa avaliação buscou oferecer uma base histórica que pudesse orientar a formulação de políticas públicas mais eficazes, tanto em âmbito municipal quanto governamental.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade, Programa Cidades Sustentáveis, ODS, Mudanças climáticas.



1 INTRODUÇÃO

Gerenciar os territórios sob a perspectiva da regionalização e conforme os princípios do desenvolvimento sustentável é um dos grandes desafios da atualidade. Entre os diversos territórios, aqueles com altas taxas de urbanização apresentam desafios específicos. No Brasil, o processo de urbanização tornou-se mais significativo na segunda metade do século XX. A partir da década de 1970, como resultado desse fenômeno, a metropolização emerge como uma forma de organização urbana, impulsionada por conexões logísticas, industrialização e concentração populacional, entre outros fatores (Carniello et al., 2024).

As regiões metropolitanas passaram a ser uma forma de regionalização, buscando fortalecer e integrar os municípios (Carniello et al., 2024).

O Estatuto da Metrôpole foi consubstanciado na Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, e estabelece diretrizes gerais para as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas (BRASIL, 2015).

A sub-região do Litoral Norte (LN) de São Paulo abrange quatro cidades: Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba, com uma população aproximada de 360 mil habitantes (Gomes e Oliveira, 2024, apud IBGE, 2022).

Essas cidades ocupam uma área total de aproximadamente 1.956 km², equivalente a 0,57% da área total do estado de São Paulo e aproximadamente metade da extensão do litoral paulista (APAMLN, 2008).

Historicamente voltadas para o turismo de massa, especialmente durante períodos de temporada e feriados prolongados, as cidades litorâneas têm visto mudanças significativas nos últimos anos devido a projetos de engenharia civil que alteram a paisagem local. Essas transformações têm potenciais efeitos sobre os aspectos socioambientais e educacionais da região, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento regional do Litoral Norte.

O objetivo deste estudo é identificar o avanço das cidades do Litoral Norte em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), comparando Caraguatatuba com as demais cidades da região.

Segundo Gomes e Oliveira (2024, apud IBGE, 2022), o censo revela que Caraguatatuba possui a maior taxa anual de crescimento populacional do Litoral Norte, com um aumento de 34.035 habitantes, o que representa um crescimento de



33,75%. A população da cidade passou de 100.840 habitantes em 2010 para 134.875 em 2022. Comparada a outras cidades da região, como Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba, que registraram crescimentos de 23,9%, 10,3% e 17,99%, respectivamente, no mesmo período, Caraguatatuba não só se destaca como a cidade com o maior número de habitantes do Litoral Norte, mas também é a sétima maior em população na região metropolitana do Vale do Paraíba.

A justificativa para este estudo se dá pela notoriedade da cobrança dos movimentos sociais e das políticas nacionais de preservação ambiental. Segundo a proposta da ONU na Agenda 2030 (ONU, 2015), enfrentamos um desafio significativo nos próximos anos em relação à evolução dos projetos das cidades brasileiras para alcançar as metas estabelecidas pelos ODS, cruciais para o desenvolvimento do planejamento urbano com respeito ao meio ambiente.

Conforme Pessoa (2012), as cidades brasileiras não são homogêneas devido às suas economias, estruturas populacionais e desenvolvimento social variados, que estão intrinsecamente ligados aos sistemas de gestão urbana e governamental. Isso revela grandes vulnerabilidades, desigualdades e incertezas que exacerbam seus riscos. Nesse contexto, tanto as cidades globais quanto as brasileiras enfrentam desafios relacionados à vulnerabilidade das pessoas em acessar moradias adequadas, saneamento básico eficiente, gestão adequada de resíduos sólidos, redes de abastecimento e sistemas de aproveitamento hídrico.

Para enriquecer esta análise, iremos explorar os indicadores entre as cidades e avaliar o panorama esperado para o Programa Cidades Sustentáveis, identificando quais pontos estão fora dos padrões estabelecidos. A metodologia utilizada é de análise documental e dos dados do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), focando em aplicações descritivas-explorativas.

Os resultados deste estudo evidenciam uma preocupação significativa com o avanço das cidades do Litoral Norte em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Isso ressalta a necessidade urgente de fomentar políticas públicas e práticas que possam efetivamente avançar em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável propostos pela Agenda 2030.



2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na década de 1980, surgiram os conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, acompanhados pela popularização do termo sustentabilidade (Sachs, 1986). O conceito de ecodesenvolvimento nasceu das discussões motivadas pela primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a Conferência de Estocolmo.

Maurice Strong o descreveu em 1973 (Brusecke 1996), e Sachs (1986) o expandiu, agrupando não apenas as preocupações ambientais discutidas na Conferência de Estocolmo, mas também perspectivas sociais, econômicas, culturais, de gestão participativa e ética (Sneddon; Howarth; Norgaard, 2006).

De acordo com o Relatório de Brundtland, o desenvolvimento sustentável é um processo dinâmico que interliga economia, tecnologia, sociedade e política. Isso significa que a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais devem ser realizadas considerando a disponibilidade dos recursos e a necessidade de preservá-los para não comprometer a capacidade das gerações futuras (Mota, 1997; Japiassú; Guerra, 2017).

No ano 2000, refletindo e baseando-se nas décadas anteriores de grandes conferências e encontros das Nações Unidas, líderes mundiais se reuniram na sede das Nações Unidas, em Nova York, para adotar a Declaração do Milênio da ONU (Creech, 2012).

As metas do milênio foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, com o apoio de 191 nações, e ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Segundo a ONU - Brasil (2022), a experiência com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) revelou novas questões sociais que necessitavam de maior atenção. Assim, foram elaborados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um convite universal da Organização das Nações Unidas aos países para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade, com metas a serem alcançadas até 2030.



2.1 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 surgiu de uma reunião de cúpula realizada em 2015, na sede da ONU em Nova York, com a presença de representantes de mais de 150 países. O encontro culminou com a adoção formal da Agenda de Desenvolvimento Sustentável, que é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Esses objetivos são: (1) Erradicação da pobreza; (2) Fome zero e agricultura sustentável; (3) Saúde e bem-estar; (4) Educação de qualidade; (5) Igualdade de gênero; (6) Água potável e saneamento; (7) Energia limpa e acessível; (8) Trabalho decente e crescimento econômico; (9) Indústria, inovação e infraestrutura; (10) Redução das desigualdades; (11) Cidades e comunidades sustentáveis; (12) Consumo e produção responsáveis; (13) Ação contra a mudança global do clima; (14) Vida na água; (15) Vida terrestre; (16) Paz, justiça e instituições eficazes; e (17) Parcerias e meios de implementação. (ONU,2015).

Esses objetivos foram elaborados com base em cinco áreas consideradas pilares cruciais para que os ODS sejam alcançados: pessoas, prosperidade, paz, parcerias e planeta (Kostetckaia ; Hametner, 2022).

De acordo com Rocha de Siqueira e Ramalho (2022), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) funcionam como uma plataforma abrangente que destaca os materiais, métodos e conhecimentos mais contemporâneos em práticas de sustentabilidade, promovendo também a adaptação local e nacional, apesar dos desafios envolvidos.

Além disso, o estudo analisa a dinâmica política relacionada à implementação dos ODS e o papel das metodologias participativas, especialmente os dados gerados pelos cidadãos, no engajamento do Brasil com essa agenda (Zorzo et al., 2022).

Segundo Ruckert (2007), no contexto brasileiro, a política de ordenamento territorial para alcançar cidades sustentáveis inclui estratégias de desenvolvimento urbano e regional que consideram a expansão territorial do país. Isso envolve desafios como a distribuição desigual da população e prosperidade, destacando a necessidade de políticas setoriais e macroeconômicas que impactam as cidades e seus territórios.

2.2 ODS EM TRÊS DIMENSÕES

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU abrangem três dimensões principais. A primeira é a dimensão social, que se concentra na



erradicação da pobreza, fome zero, saúde e bem-estar, educação de qualidade e igualdade de gênero. Esses objetivos visam garantir condições de vida dignas, acesso à saúde adequada, educação inclusiva e igualdade de oportunidades para todos. (ONU, 2015).

A segunda dimensão é econômica, voltada para o crescimento econômico sustentável, trabalho decente, inovação e infraestrutura, redução das desigualdades e consumo responsável. Busca-se promover uma economia global que ofereça oportunidades econômicas equitativas, empregos dignos, infraestrutura adequada e inovação tecnológica (ONU, 2015).

A terceira dimensão, ambiental, enfoca ação climática, conservação da vida marinha, proteção dos ecossistemas terrestres e uso sustentável dos recursos naturais. Esses objetivos visam assegurar a sustentabilidade ambiental, promovendo práticas sustentáveis de consumo e produção, mitigação das mudanças climáticas e preservação da biodiversidade (ONU, 2015).

Essas dimensões interagem de forma complementar para alcançar o desenvolvimento sustentável, equilibrando as necessidades sociais, econômicas e ambientais das atuais e futuras gerações (ONU, 2015).

3 METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, conforme delineada por Minayo (2001), que aborda questionamentos específicos e se concentra, no âmbito das ciências sociais, em uma esfera de realidade que escapa à quantificação.

A abordagem qualitativa lida com o domínio dos significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, explorando um âmbito mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser simplificados à mera operacionalização de variáveis.

Para compreender esses fenômenos, serão utilizadas abordagens exploratórias-descritivas, permitindo que os fenômenos elucidados possam ser compreendidos de forma mais abrangente.

Além disso, o estudo utilizará técnicas documentais para coletar, analisar, validar e interpretar os dados. Os referenciais documentais de base incluem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e os dados do Índice de

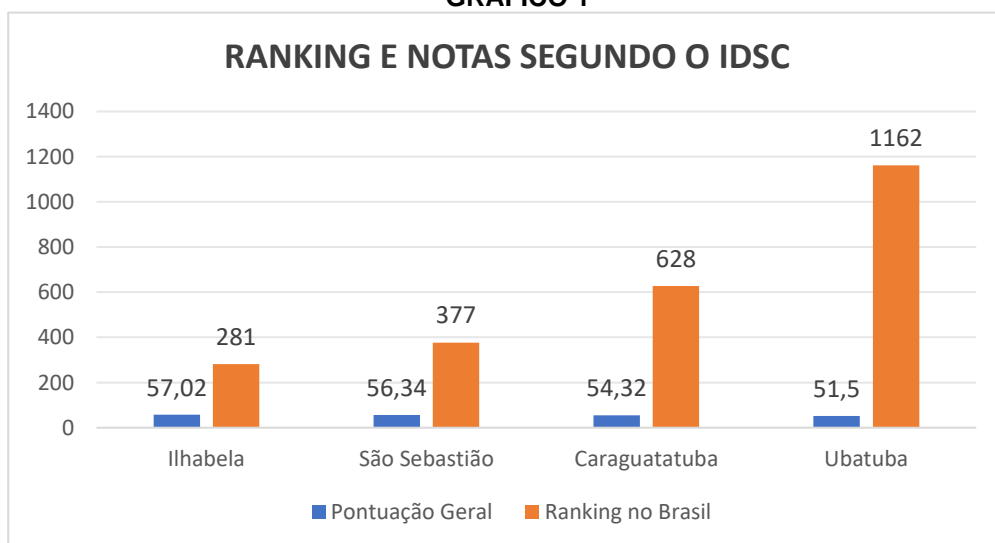
Desenvolvimento Socioeconômico (IDSC), que fornecem uma base sólida e reconhecida internacionalmente para a análise.

A pesquisa documental será essencial, utilizando os dados do IDSC para comparar Caraguatatuba com outras cidades do litoral norte. Essa comparação permitirá analisar e entender as diferenças socioeconômicas entre essas localidades, contribuindo para um entendimento mais completo dos contextos estudados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Gomes e Oliveira (2024) apud IBGE (2022), Caraguatatuba é a cidade com a maior população do litoral norte, seguida por Ubatuba, São Sebastião e Ilhabela. Segundo o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE), em 2023, Caraguatatuba alcançou o segundo maior orçamento do Litoral Norte de São Paulo. A cidade ficou atrás de São Sebastião e à frente de Ilhabela e Ubatuba, que possui o menor orçamento entre as quatro cidades.

GRÁFICO 1



FONTE: IDSC. ELABORADO PELOS AUTORES. SET/2024.

Em primeira análise, podemos notar que há uma relação diretamente proporcional entre o orçamento público municipal e a população. Cidades com maior número de habitantes tendem a ter orçamentos maiores para atender às demandas de seus residentes.

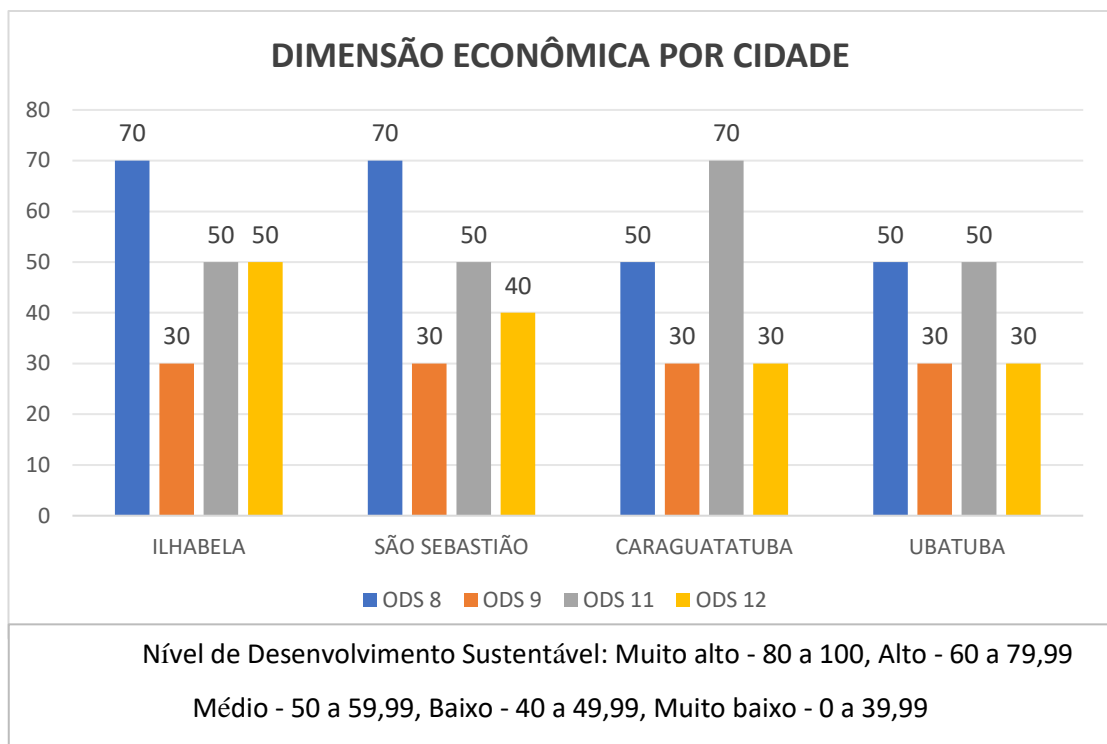
No entanto, mesmo com orçamentos mais elevados, cidades com extensões territoriais maiores e populações mais numerosas enfrentam dificuldades significativas para distribuir esses recursos de maneira eficiente. Esse desafio é especialmente



evidente quando se busca cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que exigem investimentos equilibrados em diversas áreas como saúde, educação, infraestrutura e meio ambiente.

A complexidade de gerenciar um orçamento que atenda a todas essas necessidades de forma equitativa e eficaz é uma questão central para a administração pública dessas cidades.

GRÁFICO 2



FONTE IDSC. ELABORADO PELOS AUTORES.SET/2024.

Ao considerar o desempenho das cidades litorâneas nos ODS, é essencial incluir o aumento populacional e o papel de Caraguatatuba como o principal centro comercial do Litoral Norte de São Paulo. O crescimento demográfico nessas regiões adiciona camadas de complexidade ao desenvolvimento sustentável e à gestão de recursos.

Caraguatatuba, além de ser um centro comercial, experimenta um crescimento populacional expressivo, o que aumenta a demanda por infraestrutura, serviços públicos e moradias. Esse aumento de pressão sobre os recursos da cidade, combinado com seu papel comercial central, torna desafiador conciliar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental.



A cidade alcança uma nota alta no ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis), mas enfrenta graves desafios em inovação industrial (ODS 9) e consumo responsável (ODS 12). Isso sugere que, apesar de receber mais royalties, a cidade ainda não canalizou esses recursos de forma eficiente para promover infraestrutura sustentável e reduzir impactos ambientais.

Além disso, Caraguatatuba é um ponto de convergência para comércio e serviços no Litoral Norte, atraindo não apenas moradores locais, mas também visitantes das cidades vizinhas. Esse papel central intensifica a necessidade de melhorar a infraestrutura urbana e de transporte, além de repensar o consumo de energia e a gestão de resíduos.

Ilhabela e São Sebastião, apesar de serem focos importantes de turismo e também receberem royalties significativos, estão enfrentando desafios semelhantes. O aumento populacional, impulsionado pelo turismo, resulta em pressões sobre os serviços públicos e a infraestrutura urbana.

A necessidade de inovação (ODS 9) e de práticas mais sustentáveis de produção e consumo (ODS 12) é crítica para manter essas cidades em equilíbrio com seu meio ambiente, especialmente considerando os altos níveis de impacto ambiental que podem ser gerados pela exploração de petróleo e turismo de luxo.

Por outro lado, Ubatuba, com menos royalties e crescimento populacional mais moderado, acaba dependendo mais de políticas públicas que promovam o turismo sustentável e de base comunitária para estimular o desenvolvimento econômico. Ubatuba também enfrenta o desafio de equilibrar suas necessidades de desenvolvimento com a preservação de suas áreas naturais protegidas, que são atrativos turísticos fundamentais para a cidade.

O aumento populacional em todas essas cidades, especialmente em Caraguatatuba, reforça a urgência de implementar políticas públicas que integrem planejamento urbano, inclusão social e preservação ambiental.

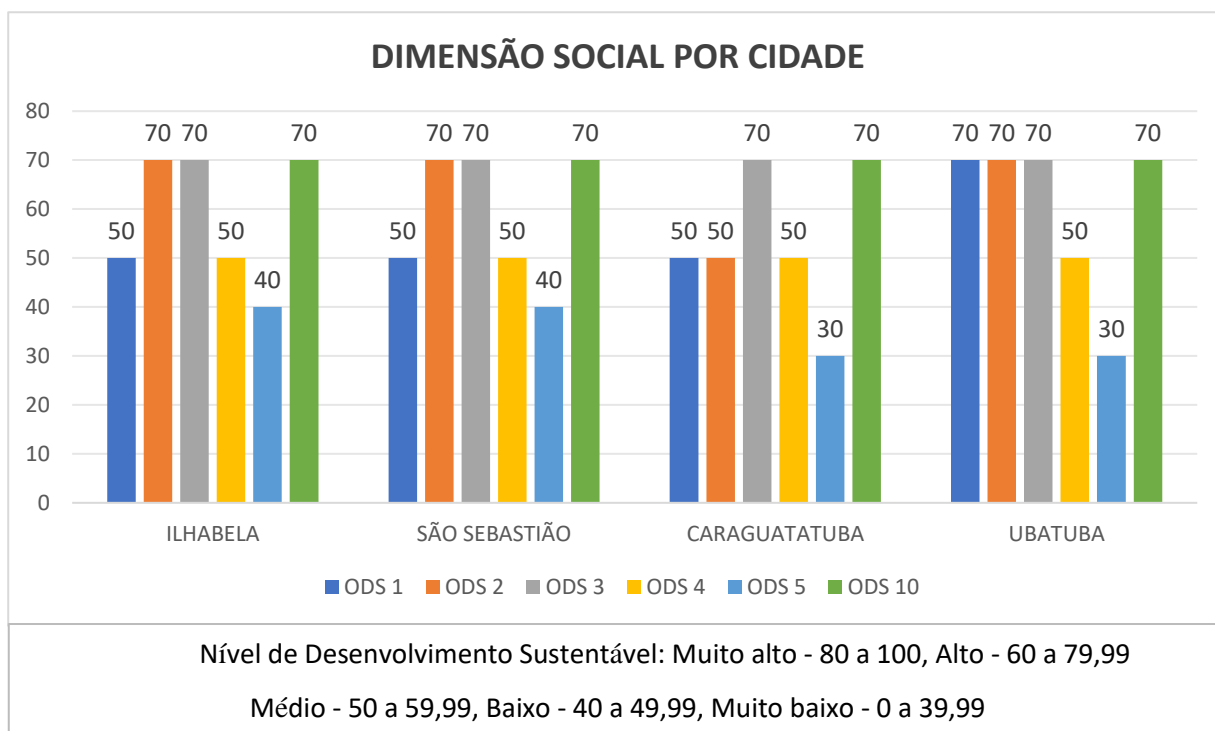
O papel de Caraguatatuba como centro comercial do Litoral Norte exige que o crescimento demográfico e econômico seja convertido em oportunidades que favoreçam o desenvolvimento sustentável. Para isso, é essencial investir em infraestrutura e serviços públicos que acompanhem esse crescimento, garantindo saúde, educação e transporte adequados à população.



Além disso, o impacto social do desenvolvimento econômico deve ser refletido na criação de empregos de qualidade e na inclusão de grupos marginalizados, como mulheres, jovens e a população caiçara, promovendo uma distribuição mais justa dos benefícios econômicos e sociais gerados na cidade.

Ao comparar os dados de Caraguatatuba com as outras cidades do Litoral Norte (Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba) em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que incluem os ODS 1 (erradicação da pobreza), 2 (fome zero e agricultura sustentável), 3 (saúde e bem-estar), 4 (educação de qualidade), 5 (igualdade de gênero) e 10 (redução das desigualdades), alguns pontos críticos emergem, especialmente no contexto da presença de mulheres na política, educação e trabalho, além das questões de desigualdade social.

GRÁFICO 3



FONTE: IDSC. ELABORADO PELOS AUTORES. SET/2024.

No que se refere à erradicação da pobreza, Caraguatatuba enfrenta desafios semelhantes aos de São Sebastião e Ilhabela, com um nível médio de pobreza, mas destaca-se negativamente com uma taxa muito baixa de segurança alimentar e apoio insuficiente a famílias vulneráveis.

O número de famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) é baixo e a insuficiência de políticas públicas robustas para combater a pobreza, como o baixo



alcance do Bolsa Família, é preocupante. Além disso, o índice de permanência na linha da pobreza após receber benefícios sociais reforça a necessidade de estratégias mais eficazes de inclusão econômica.

Em relação à fome, a situação em Caraguatatuba é preocupante, evidenciada pelo aumento de nascimentos com baixo peso e pelo suporte insuficiente ao setor de agricultura familiar. Comparando com Ubatuba, que também enfrenta um cenário crítico, Caraguatatuba tem menos famílias de agricultores recebendo apoio do PRONAF, o que enfraquece as bases da segurança alimentar local.

No campo da saúde e bem-estar, a violência contra mulheres em Caraguatatuba é uma das mais preocupantes no estado de São Paulo, com uma alta taxa de feminicídios que impacta diretamente a saúde e o bem-estar da população feminina. A mortalidade feminina por agressões brutais e a presença de crimes violentos são indicativos da necessidade urgente de políticas públicas de proteção e combate à violência de gênero. Ilhabela e São Sebastião enfrentam desafios semelhantes, mas em menor gravidade comparados a Caraguatatuba.

No que diz respeito à educação de qualidade, o sistema educacional de Caraguatatuba é deficitário, com um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que não atinge as metas nacionais e um índice preocupante de analfabetismo entre jovens de até 15 anos ou mais.

A falta de infraestrutura e de profissionais, principalmente para atender estudantes com deficiência ou necessidades especiais, agrava a exclusão educacional. Embora Ubatuba tenha indicadores educacionais relativamente melhores, todas as cidades compartilham o déficit na formação de professores e na infraestrutura escolar, sendo Caraguatatuba uma das mais prejudicadas.

No campo da igualdade de gênero, Caraguatatuba apresenta um desempenho muito baixo na inclusão de mulheres em cargos de gestão e participação política.

A presença de mulheres jovens no mercado de trabalho ou nas escolas ainda é limitada, refletida nas altas taxas de evasão escolar e baixa empregabilidade. A disparidade salarial entre homens e mulheres é acentuada, revelando uma desigualdade de gênero mais grave em comparação com Ilhabela e São Sebastião, que apresentam uma leve vantagem nesse quesito.

Quanto à redução das desigualdades, Caraguatatuba sofre com a ausência de políticas públicas integradas que promovam uma articulação eficaz entre educação,



moradia e combate à fome. Embora seja um centro comercial importante da região, a cidade sofre com a concentração de renda e desigualdades sociais evidentes. A falta de centros culturais e de acesso a espaços de cultura também contribui para a marginalização de grupos vulneráveis, e a ausência de iniciativas que promovam a cultura caiçara reforça essa exclusão.

Caraguatatuba, como uma das cidades com os maiores desafios, necessita urgentemente de políticas públicas integradas que abranjam as áreas de educação, moradia e combate à fome e pobreza. O déficit de infraestrutura educacional, especialmente para alunos com necessidades especiais, e a ausência de políticas eficazes de igualdade de gênero nas escolas e no mercado de trabalho perpetuam as desigualdades.

Além disso, a cidade deve priorizar políticas de segurança para mulheres, enfrentando de maneira decisiva a violência de gênero, que é alarmante. O fortalecimento de programas como o Bolsa Família, com maior adesão ao CadÚnico, e o incentivo à agricultura familiar com suporte do PRONAF são essenciais para melhorar os indicadores de fome e pobreza.

A integração de políticas públicas voltadas para a erradicação da pobreza, igualdade de gênero, educação de qualidade e redução das desigualdades é crucial para promover um desenvolvimento mais sustentável em Caraguatatuba. No entanto, esse desenvolvimento só será pleno se também levar em consideração a dimensão ambiental dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A relação entre as questões sociais, econômicas e ambientais é interdependente, e ignorar as pressões ambientais pode comprometer o progresso alcançado em outros setores.

Caraguatatuba, assim como as outras cidades do Litoral Norte de São Paulo, enfrenta desafios ambientais significativos, como a degradação dos ecossistemas costeiros, desmatamento e expansão urbana desordenada, que afetam diretamente a qualidade de vida das populações vulneráveis.

A pressão ambiental se intensifica com o aumento populacional e a expansão do turismo, o que gera maior demanda por infraestrutura, energia e água. Neste contexto, políticas públicas integradas devem não apenas atender às necessidades sociais e econômicas, mas também garantir a preservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais.



A inclusão da dimensão ambiental nas políticas de combate à pobreza, desigualdade de gênero e educação é vital para alcançar um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação. A promoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar, por exemplo, pode não apenas melhorar a segurança alimentar local, mas também preservar os recursos naturais da região. O apoio a práticas agroecológicas, incentivando a agricultura de subsistência e o manejo sustentável da terra, pode contribuir para a redução da fome enquanto protege o meio ambiente.

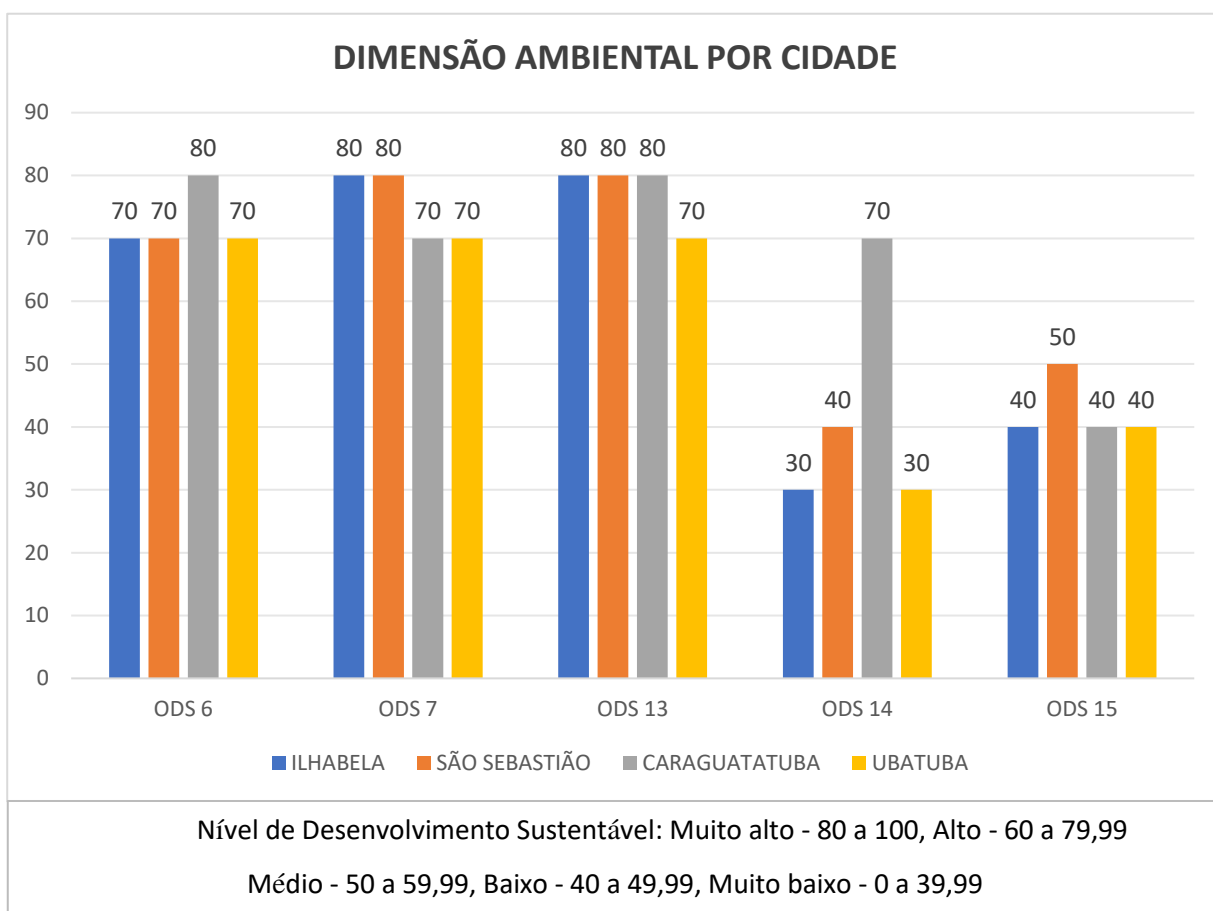
Além disso, a educação ambiental deve ser uma prioridade nas escolas de Caraguatatuba e das demais cidades da região, com o objetivo de formar uma geração consciente dos desafios ambientais e preparada para implementar soluções inovadoras. A criação de espaços verdes e centros culturais que promovam a cultura caiçara e a educação ambiental pode contribuir para fortalecer o sentimento de pertencimento à comunidade e incentivar a preservação do patrimônio natural da região.

Por outro lado, a preservação dos ecossistemas é diretamente relacionada à mitigação dos impactos das mudanças climáticas, que afetam especialmente as populações vulneráveis. Eventos climáticos extremos, como enchentes e deslizamentos de terra, têm impactos desproporcionais nas comunidades carentes, agravando ainda mais as desigualdades sociais. Assim, políticas públicas que integrem a resiliência climática com estratégias de redução da pobreza são essenciais para garantir a segurança e o bem-estar dessas populações.

Portanto, a integração da dimensão ambiental nas políticas públicas de Caraguatatuba não apenas fortalece os esforços para combater a pobreza e as desigualdades, mas também assegura que o desenvolvimento da cidade seja sustentável a longo prazo.

A gestão responsável dos recursos naturais, aliada a políticas sociais inclusivas, garantirá um futuro mais próspero e equitativo para a cidade, com respeito ao meio ambiente e às tradições culturais da região.

GRÁFICO 4



FONTE IDSC. ELABORADO PELOS AUTORES.SET/2024.

Ao ampliar a reflexão sobre os dados dos ODS 6, 7, 13, 14 e 15 em Caraguatatuba e nas demais cidades do Litoral Norte, é evidente que, embora Caraguatatuba se destaque positivamente em áreas como saneamento e energia limpa, ainda há uma necessidade urgente de desenvolver políticas públicas mais inteligentes e integradas. A expansão dessas políticas deve ocorrer de forma a respeitar os limites ambientais e considerar o crescimento descontrolado da população, que tem impactado negativamente a qualidade de vida e o meio ambiente.

O planejamento urbano, orientado pelos planos diretores, deve ser cuidadosamente revisto para evitar construções em áreas de risco e garantir a proteção de áreas naturais. As pressões do turismo em massa também exigem uma abordagem equilibrada, que mantenha a viabilidade econômica, sem comprometer a preservação dos ecossistemas costeiros e terrestres.

A integração com outros ODS é fundamental para o desenvolvimento sustentável da região. A gestão eficaz de água e esgoto (ODS 6), por exemplo, não apenas protege a vida na água (ODS 14), mas também está interligada com questões



de saúde pública e bem-estar (ODS 3), afetando diretamente a qualidade de vida dos moradores e turistas.

Da mesma forma, a proteção das florestas e áreas naturais (ODS 15) e a ação climática (ODS 13) estão profundamente conectadas à promoção de uma economia mais verde, à conservação da biodiversidade e à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Além das ações propostas, é essencial promover uma integração entre as cidades do Litoral Norte para tratar de forma colaborativa os desafios associados aos ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação). A criação de um espaço de diálogo e cooperação pode fortalecer a governança local, essencial para a construção de instituições mais eficazes e transparentes.

Caraguatatuba e Ubatuba apresentam avaliações muito baixas no ODS 16, o que indica uma necessidade urgente de melhorias na segurança pública, justiça e participação cidadã. Isso sugere a importância de iniciativas conjuntas que promovam a inclusão social, o fortalecimento das comunidades e o respeito aos direitos humanos. A promoção de eventos de formação e capacitação para gestores e a população, além de campanhas de conscientização sobre a importância da participação cidadã, pode criar um ambiente mais propício para a construção de um tecido social mais coeso e colaborativo.

Ilhabela, com sua avaliação baixa no ODS 16, também pode se beneficiar de uma aproximação com as outras cidades para desenvolver estratégias que abordem a segurança e a promoção da justiça social. Por outro lado, São Sebastião apresenta uma avaliação média no ODS 17, o que oferece uma oportunidade para liderar iniciativas de parcerias e colaborações, contribuindo para a melhoria das instituições na região.

Um consórcio que articule as quatro cidades poderia facilitar a troca de experiências e a implementação de projetos que integrem as dimensões sociais, ambientais e econômicas, além de reforçar a importância de parcerias entre governos, organizações da sociedade civil e o setor privado. Ao trabalhar em conjunto, as cidades podem abordar de maneira mais eficaz os desafios relacionados aos ODS 16 e 17, promovendo a paz, a justiça e a construção de instituições mais robustas e inclusivas.



5 CONCLUSÃO

A análise das cidades do Litoral Norte de São Paulo à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) evidencia a urgência de ações coordenadas para enfrentar os múltiplos desafios ambientais, sociais e econômicos que a região enfrenta. A proposta de criação de um Consórcio do Litoral Norte poderia se inspirar no modelo bem-sucedido do Consórcio Nordeste, promovendo a integração regional e o compartilhamento de melhores práticas entre Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba. Essa iniciativa poderia facilitar o desenvolvimento de estratégias conjuntas que abordem questões como mudanças climáticas, conservação dos ecossistemas costeiros e melhoria da gestão urbana e ambiental, promovendo uma abordagem mais holística e colaborativa.

Iniciativas já implementadas pelo Consórcio Nordeste, como o Projeto Semeando Resiliência Climática, que visa fortalecer a capacidade de adaptação das comunidades frente às mudanças climáticas, e o Projeto Ativos Verdes do Brasil, que promove a recuperação de áreas degradadas, servem como exemplos valiosos para o Litoral Norte. O Fundo da Caatinga, que financia ações de preservação e recuperação ambiental, e a Conferência Brasileira de Mudança do Clima, que reúne especialistas e gestores para discutir soluções e políticas eficazes, também podem ser adaptados à realidade paulista. Um Consórcio do Litoral Norte poderia fomentar a preservação da Mata Atlântica, uma das mais ricas e ameaçadas florestas do mundo, por meio de programas que incentivem a restauração de habitats, a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento de corredores ecológicos.

Além disso, a exploração sustentável de energia renovável, como solar e eólica, poderia ser uma prioridade, aproveitando o potencial da região para diversificar as fontes de energia e reduzir a dependência de combustíveis fósseis. A inclusão da população local é fundamental nesse processo, uma vez que o engajamento da comunidade não só aumenta a aceitação das políticas, mas também promove a conscientização ambiental e a participação ativa em iniciativas de sustentabilidade. Esse apoio pode ser canalizado para impulsionar projetos de educação ambiental, capacitação e inovação tecnológica, que são cruciais para a resolução de desafios regionais.

A implementação de práticas agrícolas sustentáveis, por exemplo, poderia ajudar a aumentar a resiliência das comunidades rurais, melhorar a segurança



alimentar e proteger os recursos hídricos. A gestão hídrica eficiente, que envolve a conservação e o uso responsável da água, é vital, especialmente em um contexto de crescimento populacional e demanda crescente por recursos. O planejamento urbano resiliente, que leva em conta as especificidades ambientais e sociais de cada município, pode reduzir a vulnerabilidade das cidades a desastres naturais, como inundações e deslizamentos, que são exacerbados pelas mudanças climáticas.

Além disso, a criação de espaços de diálogo e colaboração entre os municípios, organizações não governamentais, setor privado e universidades pode gerar um ambiente propício para a inovação e o desenvolvimento de soluções locais. A troca de experiências e conhecimentos entre as cidades pode resultar em políticas mais eficazes e adaptadas às realidades locais, promovendo um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Assim, a proposta de um Consórcio do Litoral Norte se apresenta como uma oportunidade ímpar de alinhamento com os ODS, promovendo não apenas a preservação do meio ambiente, mas também a inclusão social e o desenvolvimento econômico. Por meio de ações integradas, a região pode se posicionar como um modelo de sustentabilidade, enfrentando os desafios atuais e garantindo um futuro mais equilibrado e próspero para as próximas gerações.

6 REFERÊNCIAS



APAMLN, 2008. **Diagnóstico Técnico** - produto 2. Disponível em: https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/511/Documentos/APAM_LN/APAMLN_Socio%20Geral.pdf. Acesso em 10/09/2024.

BRASIL. 2015. **Estatuto das metrópoles**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm. Acesso em 09/09/2024.

BRUSECKE, Franz. **Desestruturação e desenvolvimento**. FERREIRA, Leila, VIOLA, Eduardo (orgs.) Incertezas de sustentabilidade na globalização. Campinas: Unicamp, 1996.

CARNIELLO, Monica Franchi et. Al. **Avaliação da Sustentabilidade na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – RMVPLN**.

CREECH, Heather. **The Sustainable Development Timeline-2012**. 2012. Disponível em: <https://policycommons.net/artifacts/615124/the-sustainable-development-timeline/1595584/>> Acesso em:10/09/2024.

DOS SANTOS, R. R.; DE SOUZA, A. L. R. **O papel do consórcio nordeste para enfrentamento das mudanças climáticas no Brasil: um estudo exploratório no contexto dos ODS**. Revista de Gestão e Secretariado, [S. l.], v. 15, n. 2, p. e3517, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3517>. Acesso em: 22 set. 2024.

GOMES, Leonardo Santos e OLIVEIRA, Edson A. A. Querido. **A perspectiva do município sobre Caraguatatuba como cidade inteligente**. Revista Latino-Americana de Gestão, Tecnologia e Sociedade, v.1, n.1, p. 1-25, 2024.

IDSC, CARAGUATATUBA. DISPONÍVEL EM:<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/3510500/>. Acesso em 15/09/2024.

IDSC, ILHABELA. DISPONÍVEL EM: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/3520400/>. Acesso em 15/09/2024.

IDSC, SÃO SEBASTIÃO. DISPONÍVEL EM:<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/3550704/>. Acesso em 15/09/2024.

IDSC, UBATUBA. DISPONÍVEL EM: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/3555406/>. Acesso em 15/09/2024

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo; GUERRA, Isabella Franco. **30 anos do relatório Brundtland: nosso futuro comum e o desenvolvimento sustentável como diretriz constitucional brasileira**. Revista de Direito da Cidade, v. 9, n. 4, p. 1884-1901, 2017.



KOSTETCKAIA, Mariia; HAMETNER, Markus. **How Sustainable Development Goals interlinkages influence European Union countries' progress towards the 2030 Agenda. Sustainable Development**, 2022.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTA, Suetonio. **Planejamento urbano e preservação ambiental**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. 2015. DISPONÍVEL EM: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. ACESSO EM 10/09/2024.

PESSOA, Z. S. **A metrópole periférica: identidade e vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Natal-RN/Brasil**. 2012. 276 f. **Tese** (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SIQUEIRA, Isabel Rocha de; RAMALHO, Laís. **Participatory methodologies and caring about numbers in the 2030 Sustainable Development Goals Agenda. Policy and Society**, 2022.

RÜCKERT, Aldomar A. **A política nacional de ordenamento territorial, Brasil: uma política territorial contemporânea em construção**. Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales, v. 11, 2007.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. Edições Vértice, p. 208, 1996

SNEDDON, Chris; HOWARTH, Richard B.; NORGAARD, Richard B. **Sustainable development in a post-Brundtland world**. Ecological economics, v. 57, n. 2, p. 253-268, 2006.

ZORZO, Felipe Bernardi *et al.* **Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030: Uma Análise dos Indicadores Brasileiros**. Revista Gestão e Desenvolvimento, v. 19, n. 2, p. 160-182, 2022.